A Fome Não É Acidente:

Quando o Estado Troca Desenvolvimento por Selo Verde

Mais de 80% da população do Norte brasileiro vive sob insegurança alimentar severa. No Nordeste, o índice ultrapassa 75%. Esses dados não representam um desvio ou um colapso inesperado – são o retrato de uma arquitetura deliberada, na qual a escassez é normalizada e a fome é tratada como estatística técnica, e não como produto de um modelo disfuncional.

O caso da Margem Equatorial revela com nitidez esse processo. A maior fronteira energética inexplorada do Brasil, com potencial geoeconômico incomparável, é mantida sob moratória tácita. Não por razões técnicas, mas por pressão de pactos internacionais que subordinam a soberania nacional a critérios definidos em conferências estrangeiras, ONGs transnacionais e bancos com sede fora do país.

Em nome da "preservação", paralisa-se o desenvolvimento. Em vez de infraestrutura, emprego e indústria, oferecem-se compensações verdes e projetos de carbono. Trata-se de um tipo de colonialismo não mais baseado na ocupação territorial, mas na imposição de limites à autonomia decisória. O Brasil não é impedido de explorar seu próprio território por falta de capacidade, mas por adesão voluntária a diretrizes que tratam sua riqueza natural como patrimônio da humanidade – desde que o lucro vá para fora.

O mais perverso é que esse processo é promovido por dentro. Órgãos como o Banco Central e a CVM – que deveriam induzir investimento produtivo, financiar integração regional e articular desenvolvimento com segurança energética – se comportam como sucursais tropicais do Fórum Econômico Mundial. Em vez de coordenar a superação do subdesenvolvimento, tornam-se zeladores de métricas importadas, operando sob a lógica de compliance externo.

O resultado é duplo: de um lado, a população é empurrada para programas assistenciais permanentes, que transformam a pobreza em critério de governança. De outro, oportunidades estratégicas – como a Margem Equatorial – são engavetadas em nome de compromissos com uma agenda que não responde à realidade do país. Enquanto a fome avança, o Estado se adapta a ela. E o que poderia ser um ciclo de crescimento vira mais um ativo imobilizado em nome do reconhecimento internacional.

A fome, portanto, não é um acidente. É a evidência de um país que terceirizou sua estratégia de futuro. E que, ao fazer isso, perdeu o presente.

- **Fome como resultado estrutural, não acidental:** A insegurança alimentar no Norte e Nordeste do Brasil é consequência de escolhas políticas e econômicas que priorizam agendas externas em detrimento do desenvolvimento interno.
- **Bloqueio ao desenvolvimento pela agenda ambiental internacional:** A exploração da Margem Equatorial e outras oportunidades estratégicas são paralisadas por pressões de pactos ambientais globais, que tratam os recursos naturais brasileiros como patrimônio mundial, sem retorno real para o país.
- **Colonialismo verde e governança por pobreza:** Instituições nacionais passam a operar segundo padrões internacionais (como os do Fórum Econômico Mundial), trocando investimentos produtivos por métricas ESG e programas assistenciais que normalizam a miséria como política de Estado.